



Aldana é cassado em sessão que terminou após as 2h

Impeachment. Reunião que começou às 8h40min levou mais de 16 horas. Prefeito perdeu o mandato e os direitos políticos

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibi.com.br

Quase 90 dias depois da entrega do primeiro pedido de impeachment do mandato do prefeito Luiz Américo Aldana, os dias de ontem e hoje ficarão marcados na história política de Montenegro. A sessão que decidiu pela cassação do mandato e tornou Aldana inelegível, começou cedo e terminou já na madrugada desta quinta-feira.

O chefe do Executivo era acusado de irregularidades nas licitações do transporte escolar ocorridas em 2015 e 2016, no asfaltamento de ruas no bairro Germano Henke, na renovação do contrato com a Viação Montenegro e no gozo de

de Castro ficou ao lado do prefeito.

A perda do mandato, por mais que houvesse a predisposição do Legislativo, foi facilitada pela falta de respostas da defesa a alguns pontos importantes da acusação. No que diz respeito ao asfaltamento de ruas no bairro Germano Henke, não foi juntada ao processo nenhuma prova de que as obras constavam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no próprio orçamento. Da mesma forma, não há documento algum atestando que, quando saiu de férias, o chefe do Executivo cumpriu a obrigação legal de comunicar a Câmara de Vereadores.

O próprio Aldana, agora afastado

Sobre o transporte escolar, disse que acatou a ordem do Tribunal de Contas do Estado quando este mandou reduzir o valor do quilômetro rodado, mas depois o órgão reconsiderou sua decisão. A verdade é que o Município havia alterado o preço de R\$ 3,15 para R\$ 4,32. O TCE mandou baixar o valor novamente e, até agora, não apareceu nenhuma decisão alterando esta ordem. Tanto que hoje a Prefeitura está pagando o máximo de R\$ 3,57.

Por outro lado, Aldana falou a verdade quando disse que houve um investimento na qualificação do serviço. É o que atesta o morador de Campo do Meio, João Batista Rossi. Sua filha Manoela utiliza

lha bem o seu itinerário para que as crianças fiquem o mínimo de tempo possível dentro da van.

Mas nem sempre foi assim. João relata que, no passado, a família tinha problemas com o transporte. "Teve uma época em que era muito complicado. Eles não cumpriam horário, passavam com diferenças de 15, 20 minutos no lugar de um dia para o outro e andavam acima da velocidade", recorda.

Opinião parecida tem a agricultora Adriana Steffen. "É muito bom. O transporte vem na hora e o motorista é muito atencioso. Ele se preocupa para que todas as crianças usem o cinto de segurança e sempre larga elas na frente de casa, para que não precisem atravessar a rua", conta. Moradora de Vapor Velho, ela manda o seu filho na condução para a escola em Santos Reis.

A qualificação do serviço, porém, embora pudesse justificar um incremento no preço, não foi suficiente para inocular o prefeito. Pesaram mais na decisão dos vereadores as transcrições de grampos telefônicos autorizados pela Justiça e que serviram de base para uma ação contra Aldana por improbidade. Nelas, agentes do governo e o empreiteiro José Valmir D'Ávila combinam estratégias para que sua empresa vençesse a licitação.

Naquela oportunidade, o prefeito também declarou que, desde 2015, estava preocupado com irregularidades em áreas como a saúde e o meio ambiente. Teria, inclusive, levado informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado para subsidiar

O chefe do Executivo era acusado de irregularidades nas licitações do transporte escolar ocorridas em 2015 e 2016, no asfaltamento de ruas no bairro Germano Henke, na renovação do contrato com a Viação Montenegro e no gozo de férias, no mês de janeiro. Durante a votação, nove dos dez vereadores consideraram o prefeito culpado. Apenas o socialista Valdeci Alves

Orçamentárias (LDO) e no próprio orçamento. Da mesma forma, não há documento algum atestando que, quando saiu de férias, o chefe do Executivo cumpriu a obrigação legal de comunicar a Câmara de Vereadores.

O próprio Aldana, agora afastado pela Câmara, em entrevista ao Jornal Ibiá publicada em 23 de junho, fez declarações que acabaram sem comprovação em documentos.

Tanto que hoje a Prefeitura está pagando o máximo de R\$ 3,57.

Por outro lado, Aldana falou a verdade quando disse que houve um investimento na qualificação do serviço. É o que atesta o morador de Campo do Meio, João Batista Rossi. Sua filha Manoela utiliza o transporte escolar diariamente. Segundo ele, o transportador cumpre os horários, preocupa-se com a segurança dos passageiros e traba-

Opinião parecida tem a agricultora Adriana Steffen. "É muito bom. O transporte vem na hora e o motorista é muito atencioso. Ele se preocupa para que todas as crianças usem o cinto de segurança e sempre larga elas na frente de casa, para que não precisem atravessar a rua", conta. Moradora de Vapor Velho, ela manda o seu filho na condução para a escola em Santos Reis.

combinam estratégias para que sua empresa vençesse a licitação.

Naquela oportunidade, o prefeito também declarou que, desde 2015, estava preocupado com irregularidades em áreas como a saúde e o meio ambiente. Teria, inclusive, levado informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado para subsidiar investigações. Contudo, a defesa não apresentou estes elementos durante o processo.

AS VOTAÇÕES

Asfaltamentos realizados no Germano Henke

- **A acusação** - A licitação previu obras em duas ruas que já estavam capeadas. Ao tomar conhecimento da irregularidade, o prefeito teria feito a substituição por outras sem nova licitação. As obras não constavam no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como determina a lei.
- **Só o vereador Valdeci de Castro (PSB) votou pela inocência do prefeito.**

3,15 por quilômetro rodado, mas a Administração passou a pagar R\$ 4,35.

- **Só o vereador Valdeci de Castro (PSB) votou pela inocência do prefeito.**

Transporte coletivo

- **A acusação** - Prorrogação indevida do contrato para o transporte coletivo urbano. O acerto com a Silas (Viação Montenegro) venceu em janeiro deste ano, mas, ao invés de fazer nova licitação, a Prefeitura o renovou por mais 12 meses.
- **Só o vereador Valdeci de Castro (PSB) votou pela inocência do prefeito.**

Transporte escolar

- **A acusação** - Direcionamento e superfaturamento do transporte escolar - No edital de licitação, teriam sido exigidas garantias inacessíveis para a maioria das empresas, facilitando a vitória da JLV. Além disso, uma empresa de consultoria contratada pela Prefeitura sugeriu como preço R\$

Férias

- **A acusação** - Ausência do prefeito para gozo de férias sem prévia comunicação à Câmara, de 13 a 24 de janeiro.
- **Só o vereador Valdeci de Castro (PSB) votou pela inocência do prefeito.**

Sessão exigiu paciência do público

Sem a presença de Aldana, a sessão que definiu o futuro político do prefeito afastado começou com alguns minutos de atraso, por volta das 8h40min. Entre suspensões e intervalos, que foram de cinco minutos a até uma hora, o dia exigiu paciência tanto dos vereadores quanto da comunidade que acompanhou a atividade.

O presidente da Câmara de Vereadores, Neri de Melo Pena (Cabelo) deu início aos trabalhos questionando os advogados acerca da necessidade da leitura dos documentos do processo. O assistente de acusação, Afonso Praça Batista, pediu que fosse feita apenas a leitura do relatório final da comissão. "Para a orientação do processo", disse.

Já o advogado de defesa de Aldana, Vanir de Mattos, solicitou a apresentação da peça de acusação, que fossem reproduzidos os áudios dos depoimentos das testemunhas de defesa e do prefeito, além de algumas páginas específicas do processo. Por fim, o conclusão do vereador Cristiano Braatz, relator da comissão processante.

A leitura do documento de acusação levou cerca de uma hora e meia. Depois de um intervalo, começou a reprodução dos depoimentos. Pela manhã, foram

quatro e os outros dez acabaram sendo ouvidos à tarde. O procedimento levou cerca de 7 horas.

Na sequência, aconteceu a leitura do documento contendo as alegações finais da defesa e o relatório conclusivo do vereador Cristiano Braatz, composto por 47 páginas. Este trabalho levou quase quatro horas e avançou noite adentro.

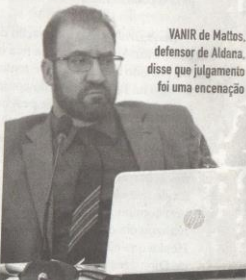
Já era passado das 21h quando os vereadores começaram a se manifestar. O primeiro, por ordem alfabética, foi o relator do processo, Cristiano Braatz, seguido dos demais. Apenas três preferiram não falar (acompanhe os depoimentos na página 15).

Somente às 22h30min o assistente de acusação, Afonso Praça Batista, foi à tribuna para se manifestar. Na sequência, foi a vez do advogado de defesa, que questionou o fato de alguns vereadores já terem decidido seus votos antes mesmo da conclusão dos trabalhos. Para Vanir, a sessão toda foi uma encenação, que teria servido apenas para ratificar uma decisão que estaria tomada há muito tempo. Ambos tiveram o tempo máximo de duas horas para suas apresentações.

Passava das 2 horas da madrugada quando os vereadores finalmente começaram a declarar seus votos. (DA)



AFONSO Praça Batista, advogado de acusação, manifestou-se quando já passava das 22h



VANIR de Mattos, defensor de Aldana, disse que julgamento foi uma encenação